

Historial | É conhecida desde longa data pelo nome de Travessa Nossa Senhora de Fátima

FREGUESIA DE BOA VISTA

A elaboração da proposta da Comissão Municipal de Toponímia, foi iniciada através da solicitação da Junta de Freguesia de Boa Vista, conforme ENT. 2013/7999, de 19 de junho, para a atribuição do topónimo localizado na Freguesia de Boa Vista e identificado na planta de localização (Anexo O).

Lugar | Castanheiro

Topónimo: **Travessa Vale do Castanheiro**, com início na Rua do Castanheiro e fim aos 100 metros. Está pavimentada com betuminoso numa extensão de 100 metros de comprimento e com largura média de 6,0 metros.

Encontra-se infraestruturada com rede de águas, rede de esgotos, rede elétrica, rede de iluminação pública e rede telefone.

A Câmara Municipal, depois de analisar o assunto, ao abrigo das disposições conjugadas nos termos e para efeitos do disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, 18 de setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro **deliberou por unanimidade** aprovar a atribuição das denominações dos topónimos acima indicados.

A presente deliberação foi aprovada em minuta.

12.5. Libertação do montante atribuído a título de Comparticipação no âmbito do Programa PRECH - Programa de Reabilitação dos Edifícios do Centro Histórico, a Joana Rute Esperança da Silva

DLB N.º 1150/13 | Considerando que:

- i. A Assembleia Municipal de Leiria, sob proposta do executivo camarário, aprovou em 29 de setembro de 2006 o Regulamento de Atribuição de comparticipações Financeiras pelo Município de Leiria, e o Programa PRECH - Programa de Reabilitação dos Edifícios do Centro Histórico, como forma de promover e impulsionar a realidade urbana local e com isto conservar o património urbano edificado;
- ii. O aspeto essencial do Programa PRECH era a concessão de incentivos, através da cedência de apoios financeiros por parte do Município aos proprietários e a terceiros que promovessem ações de reabilitação dos imóveis urbanos degradados e em vias de degradação na zona histórica de Leiria. No âmbito do referido Programa, foram admitidas doze candidaturas, entre as quais a candidatura de Joana Rute Esperança da Silva para a intervenção a levar a efeito no prédio sito Rua D. Dinis, n.º 17, da freguesia e concelho de Leiria, à qual foi atribuída a comparticipação de dezassete mil quinhentos e quarenta e três Euros e sete cêntimos num orçamento de vinte e um mil novecentos e vinte e oito e oitenta e quatro cêntimos;
- iii. Uma vez que as obras/trabalhos já se encontram executados e dados como concluídos, foi efetuada uma vistoria ao local pelos membros da Comissão de Acompanhamento do Programa PRECH, a qual concluiu que, " (...) foi confirmada a realização de todos os trabalhos de acordo com o orçamento aprovado e conforme o estabelecido no respetivo contrato. Assim, estão reunidas as condições para autorizar a libertação do apoio financeiro, no valor de dezassete mil quinhentos e quarenta e três euros e sete cêntimos. "

Sobre a vistoria final recaiu o despacho de concordância do Senhor Vereador Lino Pereira datado de 19 de agosto de 2013, submetendo-se, agora o assunto à apreciação do executivo.

A Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no Regulamento de Atribuição de Comparticipações Financeiras pelo Município de Leiria e do Programa PRECH - Programa de Reabilitação dos Edifícios do Centro Histórico e considerando que a candidatura de Joana Rute Esperança da Silva foi validamente admitida e definida a comparticipação de dezassete mil quinhentos e quarenta e três euros e sete cêntimos a seu favor, bem assim como o teor do auto de vistoria efetuado em 13 de agosto de 2013, que aqui se dá por reproduzido na íntegra, **deliberou por unanimidade** proceder à libertação da verba atribuída em sede da candidatura ao Programa PRECH, no montante de dezassete mil quinhentos e quarenta e três euros e sete cêntimos.

A presente deliberação foi aprovada em minuta.

12.6. Edifícios Devolutos e Degradados. Majoração de IMI

DLB N.º 1151/13 | Presente informação prestada pelo Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, relativa à declaração dos edifícios devolutos e degradados que se transcreve:

“Na sequência da deliberação de Câmara Municipal de 23 de julho de 2013, sobre a identificação dos prédios urbanos devolutos e degradados para efeitos fiscais, procedeu-se à notificação dos respetivos proprietários para exercerem o direito de audição prévia nos termos e prazos previstos no (CPA) Código de Procedimento Administrativo.

No período de audição prévia foram recebidas exposições referentes a 48 dos edifícios identificados, das quais 17 foram aceites, correspondendo 16 à lista dos edifícios devolutos e 1 à lista dos edifícios degradados.

Verificou-se ainda, que os edifícios identificados na lista dos devolutos com os números 26 e 27 correspondem a um único prédio, pelo que se procedeu à respetiva correção.

Assim, propõe-se que, para efeitos de majoração da taxa do IMI, sejam considerados os edifícios das listas em anexo, correspondendo a 115 edifícios devolutos e 7 edifícios degradados, num total de 122 edifícios.

Para o efeito deverá a Câmara Municipal deliberar no sentido de propor à Assembleia Municipal a decisão sobre a declaração dos prédios, constantes das listas em anexo, como devolutos e degradados para efeitos de majoração do IMI.”

A Câmara Municipal, depois de analisar o assunto, **deliberou por unanimidade** concordar com a listagem dos prédios urbanos devolutos e degradados, proposta em anexo (Anexo P), e submeter à Assembleia Municipal a decisão sobre a declaração dos mesmos, para efeitos de majoração do IMI, solicitando que a deliberação da Assembleia Municipal seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos previstos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada.

A presente deliberação foi aprovada em minuta.

○○○ **Processos de obras submetidos a despacho** ○○○